

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016  
Revista da RET  
Rede de Estudos do Trabalho  
www.estudosdotrabalho.org

## PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE E O ADOECIMENTO DO PROFESSOR DE IES PRIVADAS

Araré de Carvalho Júnior<sup>1</sup>

Giovanni Alves<sup>2</sup>

### Introdução

A expansão do ensino superior privado verificada no Brasil a partir da década de 1990 ampliou o campo de trabalho dos professores de ensino superior. No entanto a configuração empresarial desse setor, sustentadas a partir de uma concepção de Estado mínimo, forçou mudanças drásticas no papel do professor de ensino superior.

Autores mencionam a autointensificação do trabalho que na tentativa de responder às exigências externas ao seu trabalho, e não conseguindo (muitas demandas estão além das suas possibilidades), entram em

---

<sup>1</sup> ARARÉ DE CARVALHO JÚNIOR é graduado, mestre e doutorando em ciências sociais pela Unesp de Marília e é Professor Titular do Centro Universitário da Fundação Educacional de Barretos - UNIFEB.

<sup>2</sup> GIOVANNI ALVES é professor da UNESP-Marília, livre-docente em teoria sociológica, pesquisador do CNPq com bolsa-produtividade desenvolvendo projeto de pesquisa intitulado "Labirintos do labor. É um dos líderes do GPEG - Grupo de Pesquisa Estudos da Globalização, inscrito do diretório de grupos de pesquisa do CNPq; e da RET - Rede de Estudos do Trabalho. Coordena os seguintes projetos de extensão universitária: Projeto de Extensão Tela Crítica, Projeto CineTrabalho/Praxis Video, voltado para a produção de vídeos que tratem das experiências vividas do mundo do trabalho e o Projeto OST - Observatório Social do Trabalho que visa criar um acervo virtual que trate das experiências narrativas de precarização do trabalho no Brasil. É autor de vários livros e artigos na área de trabalho, sindicalismo, reestruturação produtiva, precarização do trabalho e saúde do trabalhador.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

[...] sofrimento, insatisfação, doença, frustração e fadiga [...] Enfim, na medida em que o professor compromete-se com o objetivo de seu trabalho, ele pode se frustrar e sofrer. Assim, o professor, ao desenvolver seu trabalho de forma coerente com o contexto onde se insere, pode ser penalizado. (OLIVEIRA et. Al, s/d, p. 10-11).

Heloani (2004, p. 2) aponta que a reestruturação produtiva impõe precariedades ao trabalho, reduzindo benefícios historicamente conquistados pelos trabalhadores, intensificação de contratos de trabalho por tempo determinado, terceirizações, ameaças aos trabalhadores, dentre elas, “a humilhação no trabalho, ou o assédio moral”.

Quanto às doenças ocupacionais nos professores, Freire (2010), em artigo que investiga a relação entre reestruturação produtiva, assédio moral e a incidência da síndrome de *burnout*<sup>3</sup> em professores e seus impactos judiciais e sociológicos, identifica que as alterações no processo de organização do trabalho em geral e do trabalho dos professores em especial, impõem um maior controle das funções docentes por parte das instituições de ensino.

A reestruturação produtiva, que atinge fortemente a educação privada, coloca na ordem do dia a necessidade de se diagnosticar a fundo a relação entre as novas formas de gestão e organização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. A partir disso, construir indicadores qualitativos e quantitativos que expressem as causas estruturais que as produzem.

No atual estágio do capital, a manifestação mais clara da precarização é a diminuição da qualidade de vida. O adoecimento da classe que vive do trabalho é expressão de um

---

<sup>3</sup> *Burnout* (do inglês, significa “queimar-se”). Está síndrome está constituída pelos sintomas de despersonalização, insatisfação com o trabalho e sensação de esgotamento que acarreta a perda de motivação e desinteresse pelo trabalho.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

momento histórico em que o trabalho não se limita mais ao ambiente institucional, tomando conta não só da objetividade do trabalhador, mas também da sua subjetividade.

Segundo dados do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), havia no ano de 2012 378.939 professores de ensino superior no Brasil, sendo 218.565 ligados ao setor privado. O Estado de São Paulo ostenta a maior parte desses docentes do Brasil. São 85.195 professores de ensino superior no Estado. Deste total, 63.311 atuam no setor privado. Apesar desses números existem poucos estudos sobre trabalho, sindicalismo e saúde dos trabalhadores do ensino privado no Brasil.

## *O ensino superior privado no Brasil*

O ensino superior privado no Brasil está estabelecido há mais de 100 anos e hoje responde por 76% das matrículas nesse nível de ensino. Sua história é pontuada por duas Constituições - a da República, de 1891, que lhe possibilitou a existência e a Constituição de 1988 que, reafirmando o princípio liberal, manteve o ensino superior aberto à iniciativa privada, sempre que observadas as regras gerais da educação e com a autorização e avaliação do poder público. Esses marcos legais deram ao sistema nacional de ensino superior uma organização dual: primeiramente, um setor público e gratuito, com instituições mantidas pelo poder federal, estadual ou municipal, e um setor mantido por instituições de origem jurídica privada - laicas e confessionais - subordinada a uma legislação federal, condição que lhe garante uma coesão formal.

No entanto, o ensino superior privado só foi experimentar uma grande expansão a partir da década de 1990. O ponto fundamental para o entendimento do avanço do ensino superior privado no Brasil encontra-se na crise de acumulação do capital ocorrida internacionalmente no início da década de 1970.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A crise que teve sua gênese na década de 1970 reverbera mais fortemente no Brasil na década de 1990. Nesse período há uma considerável diminuição do poder de barganha das organizações sindicais, que pôde-se entender em grande parte pelo aumento do exército industrial de reserva, mas também devido ao avanço da tese do *'fim da história'*, reforçado pela queda do muro de Berlin e o fracasso das experiências socialistas. Dentro desse cenário as entidades de classe passam a adotar uma perspectiva de sindicalismo de participação.

Os reflexos da adoção da política neoliberal, como o aumento das desigualdades, foram tomados como resultado de uma 'crise fiscal do Estado' e para superar essa crise se fazia necessário a diminuição desse Estado, e essa diminuição foi focada no aviltamento das políticas sociais.

Não fugindo a esse processo de metamorfose do Estado e da produção, a educação também começa a passar por mudanças profundas. As instituições como o Banco Mundial e o próprio governo brasileiro começam a enfatizar a necessidade de se tomar a educação, também, como bem privado. Essa visão ganha mais força especialmente no tocante à educação superior, ampliando a subordinação dessa aos interesses do mercado.

Nesse cenário é que o investimento governamental no ensino superior foi considerado de menor importância por organismos econômicos internacionais e com o Estado não ofertando a quantidade necessária de vagas no ensino superior que se abre um hiato para a instalação, ou melhor, para fortalecimento da lógica empresarial no ensino superior.

No processo de mercantilização do setor, a primeira grande ação do governo neoliberal foi estabelecer o marco legal para privatização do ensino no país, dando continuidade aos princípios constitucionais. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) a nova LDB introduziu os cursos sequenciais por campo de saber (redação dada pela Lei 11.632/2007) e delegou o ensino superior às instituições públicas ou privadas, com diferentes graus de abrangência ou especialização. Tais cursos foram pensados como uma forma de combater a rigidez do modelo tradicional de graduação, extremamente amarrados

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

aos currículos mínimos, que, segundo se criticava, não atendiam mais às exigências do mercado de trabalho. O modelo universitário com base no tripé “ensino, pesquisa e extensão” e na universalidade de campo do saber foi atacado na sua essência, abrindo espaço para flexibilização de conteúdos e de modelos institucionais do ensino superior.

No discurso oficial, parte dos recursos economizados com ensino superior poderia ser realocado em outras áreas de investimentos públicos. Esse pensamento possibilitou que não só a educação superior, mas que uma série de outras políticas governamentais estivesse, agora, aberta aos investidores de capitais privados.

Para níveis de comparação da intensificação desse processo, ressaltam-se os dados a seguir. Até a década de 1980 havia uma divisão equânime entre a oferta de vagas em instituições públicas e privadas, 50% para cada lado. Já na década de 1990, as matrículas efetuadas em instituições privadas correspondiam a 65% de alunos matriculados no ensino superior em todo território nacional. Segundo dados do Censo da Educação Superior de 2011, do total de matrículas 73,6% estão no setor privado, contra 26,3% no público (INEP, 2011).

Esses dados confirmam a tendência exponencial de uma mercantilização cada vez maior da educação superior no Brasil. E é claro que isso só é possível diante de mudanças na rotina, valorização e condições de trabalho docente.

O quadro de Mercantilização da Educação Superior Privada (processo intensificado em 1990), provoca as transformações sofridas pela educação no contexto neoliberal e impõe reestruturações nas condições de trabalho dos professores neste “mercado” da Educação Superior Privada.

Este cenário se evidencia, segundo Tirandentes (2010, p. 29), pesquisadora da FIOCRUZ,

[...] a perda do papel da Educação Superior na produção e difusão da ciência em suas mais elevadas manifestações, produz a perda do

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

sentido do trabalho e da existência do trabalhador da educação, compromete a qualidade da formação humana e danos aos trabalhadores envolvidos, como agravos à saúde física, psíquica e emocional, instabilidade, ruptura dos laços sócio afetivos, perda das condições de subsistência e/ou de tempo livre.

A base dessa reestruturação educacional do ensino superior tem sido fundamental na redefinição do trabalho docente no Brasil, uma vez que é a partir dela que se estabelecem as novas demandas para a atuação do professor dentro da expansão da educação superior privada.

[...] um mestre-escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha a cabeça das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de uma fábrica de salsichas, não altera em nada a relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador não é, portanto, sorte, mas um azar (MARX, 1985, apud. IAMAMOTO, p. 74, 2007).

A inserção do ensino superior no paradigma neoliberal faz com que ele adote conceitos de qualidade total (neotecnicismo), aplicado ao ensino superior. Agregam-se novos valores para que a empresa possa corresponder aos desafios do mundo atual. Nessa perspectiva, o estudante é visto como consumidor e a educação a mercadoria.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

O ensino privado tem sua maior expansão nos anos de governo FHC (1994-2001). Nas gestões subsequentes de Lula e Dilma (2002-2014) houve uma ampliação de vagas em novas faculdades federais. No entanto, esses governos, com a implementação de programas como o PROUNI (Programa Universidade para Todos), PROIES (Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento das Instituições de Ensino Superior) e ampliação do FIES (Fundo de Financiamento Estudantil) possibilitaram uma grande transferência de recursos públicos para empresas privadas de educação, dando ainda mais fôlego para esse setor.

**Tabela I: Número e Percentual de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa (Pública e Privada) – Brasil e Regiões Geográficas – 2011.**

Brasil/regiões geográficas	Total Geral		Categoria Administrativa			
	Total	%	Pública	%	Privada	%
Brasil	2.365	100	284	12,0	2,081	88,0
Norte	152	100	27	17,8	125	82,0
Nordeste	432	100	63	14,6	369	85,4
Sudoeste	1.157	100	134	11,6	1.023	88,4
Sul	389	100	42	10,8	347	89,2
Centro-Oeste	235	100	18	7,7	217	92,3

Fonte: INEP/MEC 2011

Em relação a região Sudeste, os dados dão conta que o crescimento das Instituições de Ensino Superior Privadas (IES) foi de 95% e o das IES particulares com fins lucrativos foi de 175%; já o crescimento das IES Públicas na região, neste mesmo período, foi de 5.8%.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

www.estudosdotrabalho.org

Tendo como fim último o lucro, o ensino superior privado encontra um fértil terreno na incapacidade do Estado de ofertar vagas públicas em quantidades suficientes. Assim, as instituições privadas, que deveriam apenas complementar esse cenário da educação superior, acabam tendo domínio e criando grupos que determinam as regras de seu interesse e assim desregulam o setor.

## *Precarização e o Trabalho do Docente do Ensino Superior Privado*

Com a predominância do ensino privado em nível superior, ele figura como o maior campo de atuação dos docentes. As mudanças na legislação educacional permitem que as instituições privadas possam lançar mão de técnicas de administração típicas de organizações capitalistas como noções de produtividade e eficiência e exige-se dos trabalhadores da educação competências que extrapolam sua formação acadêmica.

As atuais condições objetivas do trabalho docente das IES Privadas seguem, em primeiro lugar, os parâmetros pautados pela acumulação flexível em qualquer área de atuação: sua remuneração tem como base a produtividade. Nas IES Privadas, os docentes são, em sua grande maioria, horistas, apesar da exigência legal para que as IES, instituem um plano de carreira.

**Tabela II: Número de funções docentes em exercício, por organização acadêmica e regime de trabalho segundo categoria administrativa da IES-2010.**

Categoria	Total	Tempo Integral	%	Tempo Parcial	%	Horista	%
Administrativa							
Pública	122.977	97.069	78,93	17.485	14,22	8.423	6,85
Privada	217.840	46.894	21,52	55.574	25,51	115.372	52,97



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Fonte: INEP/MEC 2011

Como podemos evidenciar a maioria, 115.372 docentes (52,96%) dos professores do ensino superior privado trabalha como horista. Mais da metade das funções docentes no país tem como regime de trabalho a remuneração por hora/aula.

O trabalho docente no ensino superior será intensificado em função da reestruturação capitalista. Novas demandas são impostas e assumidas por tais sujeitos que, com o auxílio da internet e outras tecnologias, assumem atividades (como o preenchimento de relatórios, lançamento de notas e frequência on-line) não computadas na sua carga horária de trabalho. Funções, que historicamente eram executadas por trabalhadores técnico-administrativos, são absorvidas pelos docentes, sem, no entanto, serem essas novas funções remuneradas.

[...] os ritmos, os tempos, as condições de trabalho e as exigências paralelas, impostas aos trabalhadores, em meio às suas atividades principais, agravam a intensidade do trabalho. São processos que produzem desgaste físico e/ou mental e impacto das mais diferentes ordens sobre a saúde dos trabalhadores docentes. (Medeiros, p. 12, 2012).

Como maneira de garantir seu emprego, o professor desenvolve um ritmo de trabalho extenuante, ainda que muitas vezes essa dedicação não garanta sua permanência, isso porque a sua permanência está atrelada a formação de novas turmas daquele curso.

Com efeito, o trabalho docente em instituições particulares não escapa às regras da acumulação capitalista. O trabalhador é absorvido em suas forças em função da intensidade do trabalho que precisa executar a fim de manter níveis mínimos de renda compatíveis com seu nível de formação e função exercida.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

Para que as faculdades particulares se estruturam dentro dos ditames da otimização de recursos e aumento de produtividade há necessariamente um esvaziamento do trabalho docente. Além de haver uma evidente diferenciação entre diretores e dirigidos, uma vez que os diretores e coordenadores são escolhidos pelos donos do negócio, há também uma acentuada fragmentação do trabalho dos professores. Os gestores devem pensar a educação como negócio, devem pensar em termos de gestão de recursos. Os professores, por sua vez, encaram uma série de novas demandas que aumentam as distâncias entre a autonomia necessária ao trabalho docente e a obrigatoriedade de aderir às novas configurações impostas, a fim da manutenção de seu emprego.

Outros fatores concorrem nesse setor para que se efetive a precarização do trabalho docente. Entre eles a falta de uma regulamentação por parte do governo federal que não interpõe barreiras legais à adoção de medidas para a flexibilização nas relações de trabalho.

Essa precarização se corporifica nas IES privadas por meio da flexibilização de contratos, redução de carga horária dos professores, esvaziamento de carga horária de algumas disciplinas, falta de remuneração e direitos autorais em materiais montados pelo professor e predominância de contratos por hora/aula em detrimento da jornada integral. A atividade docente se precariza em todos os sentidos. Visando ter um número de aulas que lhe garanta um salário um pouco melhor, se torna um professor toyotista e flexível, na medida em que precisa dar uma série de disciplinas diferentes para compor uma carga horária razoável. Muitas vezes assume disciplinas que fogem de sua formação original. Há também a necessidade de estar sempre em trânsito, muitas vezes entre cidades, podendo estar nas duas primeiras aulas em um município e terminar a noite dando as duas últimas aulas em outra cidade (*professor volante*).

Nesse sentido, entende-se que o maior e mais evidente impacto do trabalho flexível na ‘cotidianidade do homem que trabalha’ é o adoecimento do trabalhador.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## **Precarização do Trabalho e Saúde**

A vida e as relações sociais, no capitalismo, se estabelecem baseadas numa pseudo-concreticidade, que se produz e reproduz como realidade fetichizada. A pseudo-concreticidade se mistura com a realidade, esfacelando-a, reificando as coisas e coisificando os seres humanos.

As múltiplas facetas da produção e a reprodução material da vida do homem se constroem dialógica e dialeticamente, e nelas se articulam ao mesmo tempo, as dimensões econômicas, sociais, históricas, política e natural. Existe uma relação mediada entre as formas como os homens ganham seu sustento e constroem sua vida material. Enquanto sujeitos históricos a nossa consciência é resultado de processos sociais e interações culturais. Produzimos e somos produzidos historicamente.

A forma como trabalhamos determina a forma como nós vivemos, e acima de tudo, como construímos nossa sua subjetividade. Os processos de saúde ou doença, também são derivados da forma como o trabalho está organizado na atualidade.

A reestruturação produtiva coloca na ordem do dia a necessidade de se diagnosticar radicalmente a relação entre as novas formas de gestão e organização do trabalho e o adoecimento do trabalhador. A partir disso, construir indicadores qualitativos e quantitativos que expressem as causas estruturais que as produzem.

As inovações organizacionais e tecnológicas, aliadas à pressão das demandas do mercado da educação, contribuíram para o crescimento dos casos de adoecimento dos professores do ensino superior privado no país. Raros trabalhos versam sobre a precarização das condições de trabalho dos professores da IES particulares. No entanto, não existe bibliografia sobre os rebatimentos dessas condições na saúde do professor universitário do setor privado.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

A pesquisa partiu do pressuposto que o cenário de mercantilização do ensino, descrito até aqui, e que como se viu, manifesta-se na precariedade das condições de trabalho dos professores, vem contribuindo para resultados perversos de estresse, temor e adoecimento. A lógica da financeirização do ensino superior agrava doenças físicas e psicológicas de professores. (GAULEJAC, 2013)

A exposição das condições de trabalho implica discutir o tema “qualidade de vida e saúde” no mundo do trabalho, discussão que se torna pertinente, tendo em vista as alterações candentes da morfologia social do trabalho ocorridas na década de 2000. A disseminação da precarização do trabalho e seus impactos na dinâmica sociomorfológica dos complexos de trabalho implica investigar, de forma concreta, as alterações específicas ocorridas na dinâmica de vida e de trabalho de cada segmento laboral.

Os problemas de saúde que afetam a categoria estão relacionados a um conjunto de fatores advindos do processo de precarização, como o excesso de trabalho, orientações de trabalhos não remuneradas, contratos instáveis, renováveis semestralmente e remunerados por hora/aula, a perda de autonomia, a sobrecarga de trabalho burocrático entre outros já descritos anteriormente nesse projeto. Acrescentasse a esses fatores o estabelecimento de mecanismos de avaliação institucional, interna e externa, típicas de um modelo produtivista e pragmático.

O sistema universitário, atualmente, está configurado como um prestador de serviços e que por conta disso lança mão de uma racionalização empresarial, onde a busca pelo lucro envolve a precarização do trabalho do docente. Partindo dessa premissa, a educação assume todos os contornos de mercadoria e a exploração do trabalho docente se torna uma das possibilidades da acumulação e reprodução capitalistas.

O entendimento do adoecimento dos docentes só adquire sentido quando cotejado pelo contexto do seu processo de trabalho. Sempre tendo em perspectiva que problemas de saúde possuem múltiplos fatores que se inter-relacionam e não devem ser avaliados e tratados de

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

forma isolada, devendo-se levar em conta a complexidade e a dinâmica em que estão inseridos estes docentes.

Segundo Nóvoa (1991, p. 20), a precarização provoca um mal-estar nos professores, cujas consequências "estão à vista de todos, desmotivação pessoal, elevado índice de absenteísmo, de abandono, insatisfação profissional traduzida numa atitude de desinvestimento e de indisposição constante".

Vasconcelos (2006, p. 20) afirma que “desde 1983, a OIT (Organização Internacional do Trabalho), aponta os professores como sendo a segunda categoria profissional, em nível mundial, a portar doenças de caráter ocupacional”, incluindo desde reações alérgicas a giz, distúrbios vocais, gastrite e até esquizofrenia.

## **Considerações finais**

Segundo Marx (1996), o trabalho, possibilita as condições materiais de existência do homem, mas também produz a condição humana. O processo de trabalho (transformação da natureza e transformação do homem que trabalha dialeticamente) é a primeira das objetivações nas relações homem/mundo, relações que instituem a constituição do ser social, da vida social, histórica, política, econômica e cultural.

As condições subjetivas são próprias do trabalho humano, pois este se constitui numa atividade consciente. No entanto, na sociedade capitalista, estas condições podem ser afetadas, dependendo do grau de objetivação do processo de trabalho em que o homem está envolvido. Considerando essas premissas, para vislumbrar possíveis caminhos que conduzam a mudanças, é necessário aprofundar a análise sobre as relações entre as condições subjetivas e as condições objetivas imbricadas no trabalho docente.

Na atividade de ensino, embora não se possa negar as transformações ocorridas devido à vinculação às formas capitalistas de produção, o processo de aviltamento do trabalho docente não ocorre com a mesma intensidade e também não é tão devastador, no que diz

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

respeito à autonomia e à participação política e social, quanto o processo de desqualificação do operário no âmbito do trabalho diretamente produtivo.

Pelo que foi exposto, nota-se que as condições objetivas e as condições subjetivas do trabalho docente podem ser compreendidas a partir das discussões sobre o significado e o sentido atribuídos ao papel de professor na sociedade atual.

No atual momento do capitalismo a educação, o trabalho docente e a vida social mercantilizam-se, avilta-se e fragmenta-se.

A compreensão da natureza do trabalho docente no Ensino Superior Privado cotejada pela dinâmica social no contexto do avanço do capitalismo global figura como um desafio, pois o discurso neoliberal, expressão ideológica da atualidade, condiciona uma análise superficial dos fenômenos sociais, turvando o entendimento do modo como se apresenta a exploração do homem pelo homem, colocando empecilhos a organização dos movimentos sociais coletivos e enfraquecendo o sujeito concreto e histórico.

Esse cenário brevemente apresentado nesse artigo nos leva a refletir sobre a educação desqualificada e precária que é a educação subordinada aos interesses do capital. Incentiva, também, a refletir sobre o papel da universidade privada no país e principalmente o trabalho docente como possibilidade concreta de mediação dos interesses do capital e a prática pedagógica enquanto prática contraditória, que figura em meio a conflitos e tensões do dia-a-dia e que resulta em complexos movimentos.

Colocado no meio desse processo diacrônico, entre a necessidade de atuar numa educação comercial, e ter que formar criticamente o aluno, o professor adoece. Analisar o trabalho docente no Ensino Superior Privado e acima de tudo o adoecimento do professor a partir das questões centrais é um modo de se opor ao discurso e a prática neoliberal que tenta se impor como pensamento único, mas acima de tudo visa a retomada do compromisso social.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

## Referências

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. *A educação e os processos políticos-pedagógicos de construção de novas formas de sociabilidade*. IN: Serviço Social e Educação. Larissa Dahmer; Ney Luiz Teixeira de Almeida (orgs.). 3ª ed. – RJ: Lumen Juris, 2012.

ALVES, Giovanni, VIZZACCARO-AMARAL, André Luiz e MOTA, Daniel Pestana (2011). *Trabalho e Saúde – A precarização do trabalho e a saúde do trabalhador no século XXI*. São Paulo: LTr.

ALVES, Giovanni. *Dimensões da Precarização do Trabalho*: Ensaio de sociologia do trabalho. Londrina: Práxis, 2013.

ANTUNES, Ricardo. (org) *Riqueza e miséria no Brasil II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

BARRETO, Margarida M S. *Violência, saúde e trabalho* (uma jornada de humilhações). São Paulo: Educ/Fapesp, 2003.

DEJOURS. Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FABER, B. A. *Crisis in education*. Stress and burnout in American teacher. São Francisco: Jossey-Bass Inc., 1991.

FREIRE, P.A. 2010. *Assédio Moral, Reestruturação Produtiva e Síndrome de Burnout em Docentes*. Disponível em [www.psicologia.com.pt](http://www.psicologia.com.pt). Acesso em 17 de Setembro de 2013.

GAULEJAC, Vincent. *Gestão como doença social*: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2007.

# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

GOULART, Débora Cristina. *A greve dos professores das Universidades Federais*: uma luta contra a universidade pública para o capital e a universidade do capital. Revista Debates Sinpro Guarulhos, n° 1, 2012.

HELOANI, J. R. *Assédio Moral*: Um Ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. Disponível em: [www.rae.com.br/electronica/index](http://www.rae.com.br/electronica/index). V.3 n. 1 jan-jun/2004.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: Capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

INEP/MEC. *Relatório Síntese 2011*. Brasília, e-mec, 2011. Disponível em: [www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br) Acesso em 10 dez 2013.

INEP/MEC. *Relatório Síntese 2012*. Brasília, e-mec, 2012. Disponível em: [www.portal.inep.gov.br](http://www.portal.inep.gov.br) Acesso em 13 dez 2013.

MARX, K. *O Capital*. Coleção Os Economistas. Livro Primeiro/ Volume I e II. Tomo 1 e 2. São Paulo: Ed. Nova Cultura, 1996.

NETTO, José Paulo. *As transformações societárias e Serviço Social*: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. In: Serviço Social & Sociedade. n. 50, ano XVII- 1996.

OLIVEIRA, E. S. G. *O “mal-estar docente” como fenômeno da modernidade*: os professores no país das maravilhas. Ciência e Cognição, 2006.

REIS, E. J. F. B.; ARAÚJO, T. M.; CARVALHO, F. M.; BARBALHO, L. ; SILVA, M. O. *Docência e exaustão emocional*. Educação & Sociedade, 2006.

RIBEIRO, H.P. *A Violência do Trabalho no Capitalismo*: o caso das lesões por esforços repetitivos. Tese de doutorado. FSP-USP, 1997.



# Estudos do Trabalho

Ano IX – Número 18/19 – 2016

Revista da RET

Rede de Estudos do Trabalho

[www.estudosdotrabalho.org](http://www.estudosdotrabalho.org)

SEMESP. *Mapa do Ensino Superior no Estado de São Paulo*. São Paulo: Semesp, 2012.

VASCONCELLOS, C. dos S. *Construção do conhecimento em sala de aula*. 6. ed. São Paulo: Libertad, 2006.